

## O MANIFESTO SOCIOAMBIENTAL: ANÁLISE DA ENCÍCLICA *LAUDATO SI* PELO MÉTODO DE MARX

Antônio Carlos Efig<sup>1</sup>  
Cinthia Obladen de Almendra Freitas<sup>2</sup>  
Fernanda Mara Gibran Bauer<sup>3</sup>

### Resumo

O presente estudo analisa a Encíclica *Laudato Si*, a qual trata dentre outros temas sobre questões socioambientais. O Papa desaprova a prática do consumismo, fazendo claro apelo a uma mudança na forma de consumo e orientando a uma ação global para combater a degradação do meio ambiente. Utilizando-se do método dialético, tendo como base o materialismo histórico, tem-se como objetivo a apreciação da evolução da sociedade de consumo e de seus efeitos, abordando a encíclica e relacionando-a as ideias marxistas de apropriação da terra como propriedade privada e originária dos meios de exploração. Conclui-se que o individualismo consagrado na propriedade privada aliada ao consumo insustentável são os principais responsáveis pelos danos socioambientais, o que exige ação global não apenas em relação à forma de consumir, mas ao resgate de valores coletivos como a solidariedade.

**Palavras-chave:** Encíclica *Laudato Si*; Método dialético de Marx; Sociedade de Consumo; Consumismo; Valores socioambientais.

### INTRODUÇÃO

O presente estudo volta-se à Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, publicada oficialmente em 18 de junho de 2015, na qual há forte crítica ao modo de consumo irresponsável de maior parte da humanidade e ao desenvolvimento insustentável. O Papa orienta a uma ação global, voltada não somente aos cristãos, mas a toda humanidade, para combater a degradação do meio ambiente.

O artigo é resultado da aplicação do método dialético de Marx, por ter como premissa metodológica que a Encíclica possui muitos pontos convergentes ao da análise proposta por Marx quanto ao estudo do capitalismo e

<sup>1</sup> Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor convidado da Escola da Magistratura do Estado do Paraná e do Rio de Janeiro. E-mail: ace@eradv.com.br

<sup>2</sup> Doutora em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) para o curso de Direito (Módulos Temáticos: Perícias e Laudos Técnicos e Crimes e Fraudes por Computador). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da mesma instituição. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Direito do Consumo e Sociedade Tecnológica" (PUCPR/CNPq). E-mail: cinthia@ppgia.pucpr.br

os seus efeitos, muitas vezes, nefastos à sociedade.

Assim, inicialmente trata-se sobre a evolução da sociedade de consumo, pautada no materialismo histórico de Marx, trazendo como marco a Revolução Francesa e procurando estabelecer a relação entre o consumo e o consumismo.

No segundo momento, discorre-se sobre a emergência socioambiental, analisando o impacto do modelo capitalista tanto nas relações econômicas, sociais e ambientais, contudo, a análise refere-se precisamente quanto aos efeitos do modo de viver capitalista.

Ao final, analisa-se a Encíclica *Laudato Si*, traçando relação direta com a obra de Marx de apropriação da terra como propriedade privada e originária dos meios de exploração.

Portanto, assume-se que a Encíclica aborda tema que já era de conhecimento da comunidade científica – que é a questão da proteção do meio ambiente e de valores sociais – com uma conotação diferenciada, pautada em valores éticos e morais. É por esta razão que este estudo defende que a Encíclica apresenta-se tal qual um Manifesto Socioambiental.

## A EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE DE CONSUMO

“A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 9). A própria sociedade burguesa moderna brotou das ruínas da sociedade feudal, sem abolir os antagonismos das classes. Contudo, referida sociedade estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas (MARX, ENGELS, 1998, p. 10).

Historicamente, inicia-se a análise da sociedade de consumo tendo como marco histórico a Revolução Francesa, visto que esta aponta claramente para o surgimento do direito moderno. Em que pesem os argumentos da crítica revisionista que discute as origens e os resultados sociais da Revolução Francesa<sup>4</sup> na teoria de Marx, para os fins deste estudo considera-se que direta ou indiretamente a referida revolução criou um cenário propício para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Ou seja, não se tem por objetivo questionar de que ordem foi a referida revolução (se social, econômica ou política), apenas constatar a relevante mudança de paradigma que a Revolução Francesa lançou para as sociedades modernas.

<sup>3</sup> Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professora na Faculdade da Indústria. Participante do Grupo de Pesquisa "Direito do Consumo e Sociedade Tecnológica" (PUCPR/CNPq). E-mail: fmg@eradv.com.br

<sup>4</sup> A posição “revisionista” contesta a interpretação marxista em quase todas as frentes, mas em geral os revisionistas implicitamente aceitam a premissa central do argumento marxista, ou seja, de que interpretar a Revolução consiste em relatar suas origens e resultados sociais. Na primeira crítica abrangente à ortodoxia marxista, Alfred Cobban assegurou que a Revolução não foi feita pela burguesia no interesse do desenvolvimento capitalista, e sim por venais detentores de cargos públicos e profissionais liberais cujas fortunas estavam declinando. Suas ações acabaram beneficiando proprietários de terra em geral; na verdade, o vivenciamento da Revolução retardou o desenvolvimento do capitalismo na França [...] Nesse argumento sobre as origens está implícita a ideia de que o principal resultado da Revolução não foi o capitalismo, e sim a criação de uma elite mais unificada de notáveis, cuja principal característica era a propriedade da terra. (HUNT, 2007, p. 25-26).

O materialismo histórico de Marx e Engels reconhece que o mundo não é objeto dado diretamente para toda a eternidade, e sempre igual a si mesmo, mas antes o produto da indústria e do estado da sociedade, portanto, é produto histórico, “resultado de toda uma série de gerações cada uma das quais ultrapassava a precedente, modificava o seu regime social em função da modificação das necessidades” (MARX; ENGELS, 2016, p. 26).

A revolução francesa e a elaboração das constituições nacionais representam marco jurídico fundamental da propriedade moderna. O Estado moderno, teoricamente, foi construído para garantir a igualdade, a liberdade e a propriedade. O Estado surgiu para garantir a propriedade, que necessita da igualdade e da liberdade para existir (SOUZA, 2003, p. 23-24).

A Revolução Francesa, portanto, deu azo às proposições liberais, cujo enfoque era o individualismo. Os ideais da conflagração francesa – o individualismo (como premissa cultural); a liberdade (para as práticas comerciais) e a suposta igualdade dos cidadãos (para justificar a não intervenção do Estado) – permitiram a consolidação da propriedade privada e de seu conceito jurídico. A propriedade representou o sustentáculo para a criação de legislações que embasavam suas normas no indivíduo-proprietário (EFING; GIBRAN; BLAUTH, 2011).

A propriedade antecedeu à existência do Estado<sup>5</sup>, pois em decorrência da terra como “bem” é que se fez necessária uma tutela específica para este direito particular.

A propriedade foi pilar fundamental para o processo de consolidação do capitalismo. Souza Filho (2003, p. 18) entende que a revolução francesa foi consequência de um longo processo de lutas e transformações pelo qual passou a Europa, e assim a Revolução Francesa e a elaboração das Constituições nacionais resguardam a propriedade privada, o individualismo e a não intervenção estatal.

Foi mediante a propriedade privada que os burgueses desenvolveram de forma livre e individual os seus interesses, justificando no princípio do melhoramento este modo de utilização da terra. Explica Souza Filho (2003, p. 81) que o sistema capitalista transformou a terra em propriedade privada e, uma vez transformada em propriedade privada, esta promoveu e fortaleceu o desenvolvimento do sistema capitalista.

Vemos, portanto, como a burguesia moderna é produto de um longo curso de desenvolvimentos, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade (MARX; ENGELS, 1998, p. 14).

A Revolução Francesa no século XVIII, não apenas liquidou o esquema que sustentava o Estado absolutista encarnado na figura do monarca Luis XVI, como também garantiu agilidade ao comércio, ocorreu

<sup>5</sup> Para melhor assegurarem estes direitos (liberdade, trabalho e propriedade) os indivíduos criam o Estado: encontra-se aqui a doutrina individualista do contrato social e que se torna um lugar obrigatório na época. Se é certo que com esse contrato os

aumento populacional nas metrópoles e, conseqüentemente, também aumento da demanda (MOTTA, 2004, p. 28).

A concepção da história tem como base o desenvolvimento do processo real da produção, assim as relações humanas ligadas a este modo de produção e por ele engendrada, ou seja, a sociedade civil torna-se em seus diferentes estádios o fundamento da história (MARX; ENGELS, 2016, p. 51).

Neste cenário, a aceleração do progresso técnico e as transformações sociais culminaram na Revolução Industrial no final do século XVIII (CASTRO, 2001, p. 63).

Segundo Castells (2003, p. 71), houve pelo menos duas revoluções industriais. A primeira teve início nos últimos trinta anos do século XVIII, promovida por novas tecnologias, como a máquina a vapor; a segunda ocorreu aproximadamente cem anos após, caracterizada pelo desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, de produtos químicos com base científica, da fundição eficiente de aço e pelo início das tecnologias da comunicação. Não se pode deixar de lado, a evolução da Informática e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), partindo desde os computadores analógicos até a computação em nuvem, a computação móvel e a computação ubíqua.

Estas revoluções, resultado do aumento repentino de aplicações tecnológicas, transformaram os processos de produção e distribuição, ao criar novos produtos, e mudaram de maneira decisiva a localização das riquezas e do poder no mundo, que ficaram ao alcance dos países e elites capazes de comandar o sistema tecnológico. O lado escuro dessa aventura tecnológica, no entanto, é sua associação a ambições imperialistas (CASTELLS, 2003, p. 71).

Na grande indústria e na concorrência, como já previram Marx e Engels (2016, p. 114-115), todas as condições de existência se baseiam nas seguintes formas: propriedade privada e trabalho, como já se teve a oportunidade de visualizar.

Com isso, a revolução industrial impulsionada pela produção *standartizada* favoreceu a cultura do consumismo<sup>6</sup>. Sobre o modelo de sistema que favorece essa cultura, Almeida (1982, p. 29) aduz, com base na explicação marxista, que o sistema capitalista aumenta os volumes de produção, haja vista as leis de redução de custo e de acumulação de capital. A verdade é que se consome cada vez mais pelo despertar das necessidades amplificadas das pessoas, cuja satisfação é imposta pelo grau de cultura, pelo aumento da força da opinião pública, pela pressão política da melhor qualidade de vida.

Marx, por meio do conhecimento acerca de economia política de Engels, irá direcionar suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna, como resultante do processo histórico que se engendrou nas

---

indivíduos renunciam a parte dos seus direitos, também é certo que a função do Estado é justamente a de defendê-los – e aqui temos todas as premissas do Estado Liberal (ASCENSÃO, 1991, p. 157).

entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX, com efeito, pode-se circunscrever como o problema central da pesquisa marxiana “a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa fundada no modo de produção capitalista” (PAULO NETTO, 2016, p. 4).

Na opinião de Bauman (2008, p. 20-21), a principal característica da sociedade de consumidores é a comodificação, ou seja, a transformação dos consumidores em mercadorias, sua subjetividade (estado de sujeito) estando vinculada à sua vendabilidade enquanto mercadoria (coisa). Afirma que *os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo*, e é a qualidade de ser uma mercadoria de consumo que os tornam membros autênticos dessa sociedade (BAUMAN, 2008, p. 76).

Ocorre que a transformação do homem em objeto não reflete danos somente à sua dignidade: a síndrome consumista degradou a duração dos bens e elevou o grau de efemeridade. Bauman (2008, p. 111) define o consumismo como a síndrome cultural que consiste na negação da procrastinação e da vantagem em retardar a satisfação – sendo estes os pilares da sociedade de produtores.

A cultura consumista aumentou o valor da novidade acima do valor da durabilidade; reduziu o espaço de tempo entre a vontade e a sua realização; modificou a percepção da utilidade e da vantagem das posses, alterando a compreensão como inúteis, e entre os objetos de desejo humano, o consumismo colocou o ato de apropriação ao lado da remoção para o lixo, no lugar que já foi atribuído a posses duráveis com bom aproveitamento (BAUMAN, 2008, p. 111).

O consumismo está gerando danos ao meio ambiente, o que coloca em risco o desenvolvimento equilibrado, tal como almejado pela Constituição da República Federativa de 1988.

Há diferenças radicais entre a depredação e a poluição pré-capitalistas e as que acontecem no mundo contemporâneo: as causas que guiam a depredação ou a poluição são diferentes. Nas sociedades pré-capitalistas, o escasso desenvolvimento das forças produtivas levava à produção depredadora. Na sociedade capitalista, ao contrário, é o desenvolvimento das forças produtivas que tem permitido uma pilhagem da natureza em grande escala; a amplitude das crises ambientais causadas pelas sociedades pré-capitalistas era local ou regional, de acordo com o âmbito de suas economias e populações, assim como o grau de desenvolvimento de sua ciência e técnica. No sistema capitalista as crises têm alcançado escala planetária, isso se deve ao nível de poluição e depredação como à sua ação em todo o mundo (FOLADORI, 2001, p. 172).

Sob o ponto de vista humanista, o meio ambiente compreende toda a plenitude da natureza e as modificações nela inserida pela ação humana. O meio ambiente é composto pela terra, água, ar, flora e fauna, bem como as edificações, as obras de arte, os elementos subjetivos e evocativos (SOUZA FILHO, 2006, p. 15).

---

<sup>6</sup> Uma diferença entre o consumo e o consumismo é decorrente da consciência do cidadão. Consumir é ato necessário para  
vol.09, nº. 04, Rio de Janeiro, 2016. pp. 1893-1912 1897

Por meio da análise de dados disponíveis em *sites* de organização governamentais e não governamentais a respeito do consumo no mundo, Novaes (2007, p.42) concluiu que o cenário de degradação ambiental do Planeta não é a única causa da baixa qualidade de vida em muitas regiões. Para este autor, o problema se relaciona com a concentração de riqueza que impossibilita vida digna à maior parte do mundo:

Mais de um bilhão de pessoas vivem em estado de extrema pobreza no mundo. Em contrapartida, as 258 pessoas com ativos superiores a 1 bilhão de dólares cada detém, juntas, o equivalente à renda anual de 45% da humanidade. Enquanto que 1 bilhão de crianças (56%) sofrem pelo menos um dos efeitos da pobreza (falta de água potável, falta de saneamento básico, moradia precária, falta de informação, falta de alimentação ou condições de saúde precárias).

A média do padrão de consumo dos países industrializados é insustentável e, pelos estudos de Novaes (2007, p.44), se fosse estendida a todos os habitantes da terra, seriam necessários mais dois planetas para sustentar todo o mundo.

Corroborar com este entendimento Boff (2009, p. 01), ao anunciar que as formas de produção e de consumo eram insustentáveis ao planeta Terra: “o resultado é a manifestação insofismável da insustentabilidade global da Terra e do sistema de produção e consumo imperante”.

Estes dados demonstram que o consumismo afeta os valores dos cidadãos, os quais passam a entender que o consumo é uma forma de obter individualmente a satisfação de seus interesses, consolidando a compreensão de que a satisfação não se faz de forma coletiva e que cada cidadão possui desejos subjetivos e únicos<sup>7</sup>.

Constata-se que na evolução da sociedade de consumo o risco convive com as novas gerações, sendo um problema que não se esgota em um período histórico, haja vista seu caráter transgeracional.

Nesse ponto, resgata-se, novamente a análise feita por Marx, pois avançando criticamente sobre o seu conhecimento acumulado para descobrir a estrutura e dinâmica da sociedade moderna, após longo processo de elaboração teórica, Marx não descobriu nada abrupto, ao contrário, somente após quinze anos Marx formulou com precisão os elementos centrais de seu método que culminaram com a descrição histórica da sua evolução (PAULO NETTO, 2016).

Ulrich Beck (2002, p. 80) desenvolveu a teoria da “sociedade de risco” na qual argumenta que: os dramas humanos, as pragas, enfermidades e desastres naturais, o poder dos deuses pode equivaler quantitativamente, ou não, ao perigo do potencial destrutivo das modernas megatecnologias.

---

manutenção da vida. Consumismo é o ato impensado, exagerado, impulsivo.

<sup>7</sup> Essa é a sociedade do hiperconsumo, pois há um excesso produzido pelo consumo. Nessa sociedade o consumidor tem amplo acesso ao ter, mas aspira ao ser. Portanto, a felicidade produzida pelo consumo torna-se paradoxal aos seus verdadeiros anseios. Assim, uma formação crítica dos cidadãos se faz necessária para o fortalecimento de sua autonomia e liberdade de escolha, sem ser influenciado pela publicidade. (LIPOVETSKY, 2007, p. 26).

Há que se refletir, também, sobre os avanços da Informática, de modo a compreender a interdependência do homem contemporâneo com o meio ambiente digital, conforme análise de Cavedon, Ferreira e Freitas (2015). Diferem essencialmente dos riscos no sentido de que se embasam em decisões que se centram nas vantagens e oportunidades tecnoeconômicas e aceitam os perigos como o simples lado escuro do progresso. Isto tem uma consequência fundamental, pois os perigos pré-industriais (não importando quão grande e devastadores) eram golpes do destino, sendo atribuídos aos deuses, demônios ou a natureza. Por outro lado, os riscos industriais se iniciam no processo de tomada de decisões se forma de forma irrevogável o problema da exigência de responsabilidade social.

A análise da sociedade moderna feita por Marx, portanto, deixa evidente a sua preocupação em conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa, sendo que tais categorias são reais, históricas e transitórias. Por tal razão, que o estudo das categorias conjuga a análise diacrônica (que diz respeito à gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual) (PAULO NETTO, 2011, p. 49).

“A construção das categorias para a análise da sociedade é um dos problemas metodológicos chaves nas ciências sociais” (FOLADORI, 2016, p. 10). Marx propõe a distinção entre categorias historicamente determinadas como valor, mais-valia, lucro, ou a moderna renda da terra, trabalho, produção e riqueza que é fundamental para entender a dialética das contradições sociais, como anteriormente apontado. Assim, o método de Marx baseia-se na conexão entre o processo técnico material e a forma social que assume (FOLADORI, 2016, p. 10).

## A SOCIEDADE DE CONSUMO E A EMERGÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

Como visto anteriormente, o sistema produtivo adotado após a Revolução Industrial ocorreu de forma desordenada, o que permitiu graves consequências sociais. Entretanto, tais resultados – nefastos – para as sociedades, não foram os únicos que podem ser apontados como decorrentes desse sistema, que teve durante muitos anos como principal função o crescimento econômico com um fim em si mesmo (EFING; GIBRAN, 2011).

Ao consolidar a máxima do “crescimento econômico”, as sociedades que adotaram o sistema de mercado pautavam-se na ideia de que as riquezas e principalmente a terra eram inesgotáveis. Nesta medida, aponta Souza (2003, p. 13) que a terra e seus frutos passaram a ter donos, um direito excludente, acumulativo e individual. Esse direito foi essencial para o processo civilizatório que causou muitos problemas, dentre os quais se destacam o aumento das desigualdades sociais e a destruição da natureza.

O Liberalismo não considerou a pobreza e a exclusão social porque os economistas empresariais sempre excluíram de suas análises os custos sociais da atividade econômica. A maior parte dos economistas ignorou o custo ambiental da nova economia (CAPRA, 2005, p. 157).

O desenvolvimento impõe que as sociedades removam as principais fontes de privação: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva do Estado, como orientado por Sen (2000, p. 18).

A meta central da teoria e da prática econômicas se tornou insustentável, na concepção de Capra (2005, p. 157), pois a expansão ilimitada em um planeta finito só poderia levar a catástrofes.

Estima-se que o planeta Terra tenha bilhões de anos; destes, apenas aproximadamente três séculos foram suficientes para tornar a qualidade de vida para o ser humano impraticável, visto que se atribui o avanço da produção, pós-Revolução Industrial, o ponto de partida para esta realidade que se configura presente para as sociedades (pós-modernas) <sup>8</sup>.

Em consonância com essa análise, Veiga (2007, p. 488) elucida que o crescimento econômico deve ser visto como meio e não como um fim. Como meio, ele será aferido pelas vantagens qualitativas e considerará a depreciação dos ecossistemas; visto como fim, permite diversas atrocidades.

Assim a Organização das Nações Unidas<sup>9</sup> firmou entendimento de que o Produto Interno Bruto (PIB)<sup>10</sup> não era suficiente para avaliar ou ser parâmetro para o desenvolvimento (pelo menos não crescimento sustentável, equilibrado).

O tema de desenvolvimento econômico passa atrair a atenção da humanidade a partir da década de quarenta, segundo Nusdeo (2002, p. 14), quando humanidade percebeu “que a paz estaria sob ameaça enquanto as formidáveis discrepâncias de renda e de qualidade de vida entre nações e entre regiões não fossem superadas ou, pelo menos, atenuadas”.

O legislador constitucional brasileiro reconhece expressamente a necessidade de desenvolvimento ao impor que a ordem econômica brasileira deve observar, dentre outros, os princípios de proteção do consumidor e da defesa do meio ambiente.

Da mesma sorte, a Constituição da República Federativa dispõe em seu art. 3º que constitui objetivo fundamental da sua forma de governo *construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento*

<sup>8</sup> Santilli (2007, p. 358) explica que os gases que formam o efeito estufa sempre estiveram na atmosfera, mas estima-se que há atualmente um acúmulo de cerca de 30% a mais do que havia antes da Revolução Industrial. É devido ao efeito estufa e a sua intensificação que provocará o degelo nos pólos e o consequente aumento do nível dos oceanos, o que já afeta e irá prejudicar ainda mais uma série de ecossistemas, e por outro lado é também responsável pela mudança climática global.

<sup>9</sup> Insta esclarecer que o objetivo de criação da referida Organização é colocar em prática mecanismos que possibilitem a segurança internacional, desenvolvimento econômico, definição de leis internacionais, respeito aos direitos humanos e o progresso social.

<sup>10</sup> O PIB é um agregado estatístico cuja função é quantificar a totalidade ou o conjunto de todos os bens e serviços disponibilizados aos habitantes de um dado país emergentes assolados pela desordem física e monetária (NUSDEO, 2002. p. 14).



*nacional; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos.*

A importância do desenvolvimento econômico é analisada por Grau (2001, p. 252) como dinâmicas mutações na sociedade, promovendo um processo de mobilidade social contínuo e intermitente. O referido autor acredita que o desenvolvimento deve elevar uma estrutura social acompanhada do aumento do nível econômico, cultural-intelectual comunitário: “Importando a consumação de mudanças de ordem não apenas quantitativa, mas também qualitativa, não pode o desenvolvimento ser confundido com a idéia de crescimento”. Crescimento seria, assim, apenas uma parcela da noção de desenvolvimento.

O desenvolvimento é processo de transformação econômica, política e social pelo qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo, consoante Pereira (1977, p.21-22). Na concepção do autor, não faz sentido falar em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social, pois o desenvolvimento é processo de transformação global.

Destaca-se, contudo, que a definição de desenvolvimento sempre foi controversa e variou ao longo do tempo e em diferentes culturas e classes sociais. Por esta razão, Borges (2007, p. 439) entende que a difusão de informações, nos últimos anos, sobre desigualdade social, pobreza e uso indiscriminado dos recursos naturais incrementaram discussões a respeito do modelo de desenvolvimento convencional (modelo esse que acentuou os problemas sociais da humanidade incluindo a degradação ambiental e a perda da biodiversidade).

As sociedades verificaram a necessidade de rever o crescimento econômico – impulsionado por um consumo e uma cultura de massa – quando diversos desastres ambientais ocorreram pela atuação humana impensada e colocaram em risco a vida das presentes e das futuras gerações.

Capra (1988, p. 89) entende que: “a consciência ecológica, em seu nível mais profundo, é o reconhecimento intuitivo da unicidade da vida, da interdependência de suas múltiplas manifestações e de seus ciclos de mudança e transformação”.

Após a aceitação do conceito de desenvolvimento pela humanidade, este foi ampliado com o fim de atingir também o conceito de sustentabilidade. Conforme Nusdeo (2002, p. 17), o desenvolvimento somente pode ocorrer sem ofensa aos bens ambientais, afinal, em caso de danos ambientais, o próprio processo ficará comprometido pelo desequilíbrio ecológico, já que poderá impedir a produção de determinado produto pelo esgotamento de matéria não renovável ou atingida pela poluição (como no caso da cobertura vegetal e dos agrotóxicos). A expressão sustentabilidade realça que “o desenvolvimento econômico é sustentado pelo meio ambiente, não podendo, portanto, inquiná-lo irremediavelmente”.

Existe um grau máximo de poluição ambiental dentro do qual o sistema deve se desenvolver, mas o desenvolvimento deve, igualmente, comprometer-se com o aumento de bem-estar social, respondendo pelo suprimento das necessidades da sociedade que está inserido (DERANI, 2001, p. 133).

No ano de 1992, foi realizada no Brasil a Conferência Mundial do Meio Ambiente (divulgada pela ECO-92), tendo em vista a importância de se discutir questões sobre a sustentabilidade. Nesta oportunidade, foi elaborada a *Carta da Terra* que é documento global que estabelece compromissos dos países com o desenvolvimento sustentável e a preservação do planeta.

A *Carta da Terra* trata-se de “Código Ético Planetário”. Segundo dados do Almanaque Brasil Socioambiental, o texto desta Carta foi produzido com a participação de 100 mil pessoas de 46 nações, que visavam à proteção de uma série de variedades, como o respeito ao Planeta e à sua existência; a proteção e a restauração da diversidade, da integridade e da beleza dos ecossistemas; a produção, o consumo e a reprodução sustentáveis; respeito aos direitos humanos, o direito a um meio ambiente preservado; erradicação da pobreza; a paz e a solução não violenta dos conflitos; a distribuição equitativa dos recursos da Terra, entre outros (NOVAES, 2007, p. 46).

A ECO 92 é importante marco, pois evidencia a existência de limites ecológicos que permeiam a economia. Ou seja, para se falar em crescimento econômico na pós-modernidade há o dever de se tratar das questões que o sustentam, em que pese a hipótese sustentada por alguns economistas de que os recursos naturais (tais como fonte de insumo e capacidade de assimilação de impacto dos ecossistemas) não representam a longo prazo um limite absoluto à expansão do sistema capitalista. Para tais economistas, a realidade econômica conta apenas com o capital e com o trabalho para a produção (ROMEIRO, 2007, p. 441).

Entretanto, vislumbra-se, como coerente, o conceito de *sustentabilidade forte*, visto que o progresso científico e tecnológico é fundamental para aumentar a eficiência dos recursos naturais em geral (renováveis e não renováveis), no entanto não é capaz de superar indefinidamente os limites ambientais globais, ou seja, a capacidade de carga do planeta.

Evidencia-se a relação do consumo nesse processo de produção, haja vista que não se produz o que não se consome, ainda que se considere o argumento de Bauman (2001, p. 105-107) a respeito das necessidades criadas. Portanto, o consumidor terá papel decisivo no desenvolvimento do País.

A interação entre consumo e meio ambiente é ressaltada por Milaré (2009, p. 87) que alerta que todas as necessidades dos consumidores (as reais, as suntuárias) nunca cessam de crescer, contrapondo-se as demandas infinitas do consumo à finitude dos recursos ambientais.

O principal reflexo da atuação dos consumidores como agentes de controle dos produtos e serviços disponíveis no mercado de consumo pode ser percebido na ponderação crítica a respeito das consequências do consumo para o desenvolvimento da sociedade.

Capra (2005, p. 157), diante da situação precária do planeta Terra, conclui que: “é essencial que a humanidade reduza sistematicamente o impacto das suas atividades sobre o meio ambiente natural”. É dentro desse contexto, que se passa a analisar a Carta Encíclica *Laudato Si* publicada no ano de 2015 e de autoria do Papa

Francisco.

## O MANIFESTO SOCIOAMBIENTAL: *LAUDATO SI*

A par da emergência socioambiental, o Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015) lança a Encíclica *Laudato Si*, pedindo aos cristãos um novo olhar sob a forma de consumo e clamando por uma ação social que repense a questão ambiental com um olhar voltado à coletividade e à solidariedade:

Esta irmã clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou. Crescemos a pensar que éramos seus proprietários e dominadores, autorizados a saqueá-la. A violência, que está no coração humano ferido pelo pecado, vislumbra-se nos sintomas de doença que notamos no solo, na água, no ar e nos seres vivos. Por isso, entre os pobres mais abandonados e maltratados, conta-se a nossa terra oprimida e devastada, que «geme e sofre as dores do parto» (Rm 8, 22). Esquecemo-nos de que nós mesmos somos terra (cf. Gn 2, 7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar, e a sua água vivifica-nos e restaura-nos (*laudato si*).

O Papa faz expressa menção de que o mal impingido ao Planeta Terra se inicia com o fato de o homem se sentir seu proprietário e dominador, fato já criticado por Marx como o grande propulsor do sistema capitalista e da formação da sociedade de consumo.

Ademais, Lowi (2005, p. 23-24) explica que Marx utiliza a teoria do valor-trabalho para explicar a origem do valor de troca, no âmbito do sistema capitalista. Sendo assim, a natureza participaria da formação das verdadeiras riquezas, que não são valores de troca, mas valores de uso. Ninguém mais que Marx denunciou a lógica capitalista de produção pela produção, a acumulação de capital, de riquezas e de mercadorias com fim em si.

O desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada e a terra, por sua vez, transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista (SOUZA FILHO, 2003, p. 81).

No final do século XIX já não havia na Europa quem acreditasse que o liberalismo, com sua propriedade absoluta, faria frente à miséria dos trabalhadores, a dignidade humana, que pelo entendimento dos socialistas só seria possível sem a propriedade privada. E enquanto nos países industrializados a luta era por maior dignidade para os trabalhadores e assalariados, a promessa capitalista era de criar um Estado de Bem Estar Social e a oferta socialista era de redenção, com a transformação da propriedade da terra em uso e o deslocamento da produção para o direito bem estar, independentemente de lucro (SOUZA FILHO, 2003, p. 81-84).

Andrioli (2016, p. 1), ao analisar a atualidade de Marx para o debate ambiental, reconhece que o referido autor demonstrava preocupação com a continuidade do modo de produção capitalista voltado exclusivamente à maximização dos lucros, o que fatalmente representava uma crescente exploração, alienação e expropriação da força de trabalho e a deterioração da base de produção econômica, da fonte da riqueza, em outras palavras, da natureza.

“É certo que, entre os dois resultados da produção capitalista, esgotar o operário e o solo, Marx dedica sua atenção ao primeiro”, o objeto de estudo de Marx foi a análise do sistema capitalista e de seus efeitos sobre a classe operária, por meio de seu método de estudo, Marx conseguiu ir além de seu objeto de estudo, assinalando os impactos concomitantes da produção capitalista sobre a natureza (FOLADORI, 2016, p.6).

O Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015) reconhece que toda a abordagem ecológica deve integrar uma perspectiva social que tenha em conta os direitos fundamentais dos mais desfavorecidos, o que se inicia pelo conceito de direito de propriedade e de sua função social como um direito coletivo: “O princípio da subordinação da propriedade privada ao destino universal dos bens e, conseqüentemente, o direito universal ao seu uso é uma «regra de ouro» do comportamento social e o «primeiro princípio de toda a ordem ético-social»”.

O Papa (IGREJA CATÓLICA, 2015) prosseguindo em sua análise na promoção dos direitos humanos, pessoais e sociais, econômicos e políticos, aduzindo que a propriedade não pode gerar benefícios a alguns poucos, porque isso coloca em discussão alguns hábitos injustos de uma parte da humanidade “«a Igreja defende, sim, o legítimo direito à propriedade privada, mas ensina, com não menor clareza, que sobre toda a propriedade particular pesa sempre uma hipoteca social, para que os bens sirvam ao destino geral que Deus lhes deu»”.

Na obra “o capital” em capítulo que trata sobre “a chamada acumulação original, Marx (1867) enfrenta a transformação que o capital impinge sobre o proletariado, que vende a sua força de trabalho:

A propriedade privada, como oposição à propriedade social, colectiva, subsiste apenas ali onde os meios de trabalho e as condições exteriores do trabalho pertencem a pessoas privadas. Porém, consoante essas pessoas privadas são trabalhadores ou não trabalhadores, a propriedade privada tem também um outro carácter. Os infinitos matizes que ela à primeira vista oferece reflectem apenas as situações intermédias que ficam entre estes dois extremos.

“Os interesses do lucro definem de maneira decisiva as inovações técnicas, as condições de produção, a qualidade dos produtos assim como sua sustentabilidade ecológica e social”. Assim, a economia de mercado não garante uma ciência fundamentada na sustentabilidade social e ambiental. Andrioli (2016, p. 02) conclui que na economia de mercado capitalista a relação entre ser humano e natureza tenda a ser reduzida ou eliminada em razão do interesse pelo dinheiro, ou seja, o sistema devido à própria pressão do mercado almeja o constante aumento da produção de mercadorias, que domina a ordem social em prejuízo do ser humano e da natureza.

Por outro lado, a Encíclica (IGREJA CATÓLICA, 2015) aponta fato nocivo já constatado por Marx que é a imposição de um estilo hegemônico de vida ligado a um modo de produção, na constatação do Pontífice a perda de uma sociedade cultural é tão prejudicial quanto a alteração dos ecossistemas.

Marx, em “o manifesto comunista”, já havia noticiado que a burguesia compele as nações, sob pena de extinção, a adotar o seu modo de produção burguês, introduzindo o que chama de civilização burguesa, criando um mundo à sua margem (MARX; ENGELS, 1998, p. 16).

“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potencia dominante

espiritual" (MARX; ENGELS, 2016, p. 61).

Veja-se, por oportuno, como apontado pelo atual Papa (IGREJA CATÓLICA, 2015), que em 1971 o Papa Paulo VI já se referia à problemática ecológica, como decorrente da atividade descontrolada do ser humano, desde a exploração inconsiderada da natureza até o risco de o próprio ser humano ser vítima dessa degradação.

Nesse ponto, ressalta a necessidade de uma mudança radical no comportamento da humanidade, pois o desenvolvimento econômico, se não estiver unido a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra o homem (IGREJA CATÓLICA, 2015).

A mudança de comportamento, segundo o Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015), inicia-se no estilo de vida, nos modelos de produção e de consumo e nas estruturas de poder que hoje regem a sociedade.

Portanto, a Encíclica conclui que o meio ambiente é um bem coletivo e patrimônio de toda a humanidade:

O meio ambiente é um bem colectivo, património de toda a humanidade e responsabilidade de todos. Quem possui uma parte é apenas para a administrar em benefício de todos. Se não o fizermos, carregamos na consciência o peso de negar a existência aos outros. Por isso, os bispos da Nova Zelândia perguntavam-se que significado possa ter o mandamento «não matarás», quando «uns vinte por cento da população mundial consomem recursos numa medida tal que roubam às nações pobres, e às gerações futuras, aquilo de que necessitam para sobreviver»

No Brasil, e talvez para o mundo, isso tem a ver com o grau de efetividade de participação dos cidadãos. A emergência de mobilização ambiental permite que o socioambientalismo tenha assumido uma crescente influência na formulação e implementação de políticas públicas que visam ao desenvolvimento sustentável.

Jacobi (2007, p.461) aponta que cresce a percepção dentro do movimento ambientalista de que o discurso de proteção ao meio ambiente não estava disseminado na sociedade brasileira. Por isso o aumento de ambientalistas que se enveredaram pelo campo político institucional e uma busca por organizações não governamentais que tivessem também um apelo social.

Na medida em que se amplia o grau de envolvimento democrático participativo nos processos administrativos, cresce a possibilidade de incorporação das demandas sociais que os justificam. Essa perspectiva amplia o conceito de responsabilidade social, para todas as organizações do espectro social, o que traz implicações para cada participante e sinaliza as propostas de socialização, descentralização e autonomização (MANTOVANELI, 2006, p. 69).

Em igual sentido, o entendimento de Serraglio e Efig (2016) sobre a responsabilidade compartilhada:

Responsabiliza-se o sistema econômico, social e político da sociedade de consumo vigente pelos distúrbios provocados diretamente ou indiretamente pela degradação do meio ambiente. É notória a gravidade dos problemas que estão se acumulando com o aumento da geração de lixo e, por isso, insta que essas questões entrem na pauta de discussões dos organismos internacionais, das instâncias de poder político, assim como nos ambientes acadêmicos e universitários.

Defendendo a proteção da casa comum, o Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015) propugna por um desenvolvimento sustentável e integral, o que exige a colaboração de todos na construção dessa casa que partilhamos.

Ao associar a função das associações, das ONGs na proteção do consumidor, resgata-se o discurso solidarista. Segundo Castro (1998, p. 187), a construção do solidarismo está intimamente ligada à descoberta da solidariedade. Mas, para se compreender a noção de solidariedade como paradigma, tem-se que situá-la no seu contexto ideológico.

A essência do solidarismo encontra-se em quatro pontos: a) o princípio do solidarismo que tem como fundamento o homem na sociedade; b) a relação ou vinculação solidária entre os homens é atestada na complexidade das culturas; c) o princípio do solidarismo é princípio entitativo da própria sociedade. O princípio do solidarismo representa o princípio da organização social. O solidarismo representa a necessidade de cumprimento da justiça legal, distributiva, comutativa e social, em adequação com a realidade dinâmica da história; d) por último, o princípio do solidarismo está vinculado, intimamente, à concretude histórica, viva e real (ULLMANN; BOHEN, 1993, p. 83-84).

A lógica da solidariedade se traduz por uma nova maneira de pensar a sociedade e por uma política concreta, não somente de um sistema de proteção social, mas também como fio condutor indispensável à construção e à conceitualização das políticas sociais (CASTRO, 1998, p. 190).

Por três princípios sociais pauta-se o solidarismo: o princípio da solidariedade, o princípio do bem comum e o princípio da subsidiariedade. De todos os princípios sociais, o mais fundamental é o da solidariedade, pois significa mútua vinculação entre as pessoas. O princípio da solidariedade tem como ponto de partida a pessoa e sua natureza social. É na socialidade humana que radica a solidariedade. Faz parte da natureza humana aquilo sem o qual não poderia atingir o fim a ela proporcionado (ULLMANN; BOHEN, 1993, p. 88-89).

A solidariedade representa a constatação de que a sociedade caminha para uma complexidade crescente com novas práticas sociais, políticas, jurídicas, econômicas, culturais, industriais e tecnológicas que subvertem os dados da vida social (CASTRO, 1998, p. 195).

Portanto, há necessidade de se rever as ações com base na solidariedade. Portilho (2011, p. 169) ao analisar a figura do consumidor como ator social, compreende que:

Os consumidores, ao contrário do que é correntemente percebido, não são atores sociais privilegiados na mudança da sociedade em direção à sustentabilidade. Também não são vítimas passivas e manipuladas das forças dominantes de produção. Mas, se considerarmos que a mudança social não se dá apenas de forma radical e grandiosa, poderemos considerar o campo do consumo como uma necessária extensão das novas práticas políticas que surgem no centro da modernidade contemporânea.

Consumir hoje é ato que pode gerar efeitos negativos na qualidade de vida, de modo que a mudança paradigmática volta-se a consumir somente o necessário, para obrigar o fornecedor a produzir na medida ideal,

minimizando o impacto ambiental.

Em outro sentido, a Encíclica *Laudato Si* (IGREJA CATÓLICA, 2015) se aproxima das ideias de Marx ao perceber que o modelo distributivo atual é desigual:

Pretende-se, assim, legitimar o modelo distributivo actual, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo. Além disso, sabemos que se desperdiça aproximadamente um terço dos alimentos produzidos, e «a comida que se desperdiça é como se fosse roubada da mesa do pobre». Em todo o caso, é verdade que devemos prestar atenção ao desequilíbrio na distribuição da população pelo território, tanto a nível nacional como a nível mundial, porque o aumento do consumo levaria a situações regionais complexas pelas combinações de problemas ligados à poluição ambiental, ao transporte, ao tratamento de resíduos, à perda de recursos, à qualidade de vida.

Os povos em vias de desenvolvimento situam-se onde se encontram as reservas mais importantes da biosfera, que continuam a alimentar o progresso dos países mais ricos à custa de seu presente e de seu futuro, como o foi durante todo o processo histórico:

A terra dos pobres do Sul é rica e pouco contaminada, mas o acesso à propriedade de bens e recursos para satisfazerem as suas carências vitais é-lhes vedado por um sistema de relações comerciais e de propriedade estruturalmente perverso. É necessário que os países desenvolvidos contribuam para resolver esta dívida, limitando significativamente o consumo de energia não renovável e fornecendo recursos aos países mais necessitados para promover políticas e programas de desenvolvimento sustentável. As regiões e os países mais pobres têm menos possibilidade de adoptar novos modelos de redução do impacto ambiental, porque não têm a preparação para desenvolver os processos necessários nem podem cobrir os seus custos (IGREJA CATÓLICA, 2015).

O desenvolvimento impõe que as sociedades removam as principais fontes de privação: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva do Estado, como orientado por Sen (2000, p. 18).

Contudo, os poderes econômicos continuam a justificar o sistema mundial atual que ignoram todo o contexto e os efeitos sobre a dignidade humana e sobre o meio ambiente, Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015) aduz que: “Assim se manifesta como estão intimamente ligadas a degradação ambiental e a degradação humana e ética”.

Assim como espelhado na obra de Marx, o Papa (IGREJA CATÓLICA, 2015) conclui que o homem é o protagonista da vida econômico-social: “O trabalho é uma necessidade, faz parte do sentido da vida nesta terra, é caminho de maturação, desenvolvimento humano e realização pessoal”.

Por fim, o manifesto socioambiental, feito pelo Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015) fica evidenciado nesse trecho:

Quando falamos de «meio ambiente», fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade. Dada a amplitude das

mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise sócio-ambiental. As directrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza.

Para Veiga (2007, p. 105), a questão socioambiental está na maneira de se entender as mudanças sociais, que jamais podem ser separadas das mudanças na relação humana com o resto da natureza.

O Papa Francisco (IGREJA CATÓLICA, 2015) apresenta a sua Encíclica, à vista da deterioração global do ambiente, a cada pessoa que habita neste planeta, portanto não se restringe aos católicos e às pessoas de boa vontade: “Nesta encíclica, pretendo especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum”. Poderia se argumentar, em outras palavras, que o Papa Francisco fez seu chamamento, algo parecido com que Marx fez no manifesto comunista<sup>11</sup>, poderia ser assim resumido: “Cidadãos de todos os países, uni-vos!”<sup>12</sup>.

## CONCLUSÃO

A proposta deste estudo foi a de analisar a Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, por meio do método dialético de Karl Marx, orientando-se pelo materialismo histórico.

A Encíclica volta-se não apenas à comunidade católica, mas a toda humanidade, por essa razão, achou-se conveniente chama-la de um manifesto da Igreja Católica em atenção aos principais problemas que o mundo sofre em decorrência do estilo de vida da maior parte da humanidade.

Em um primeiro momento, por meio das obras de “O capital” e “O manifesto Comunista” traçou-se a evolução da sociedade moderna até a sociedade contemporânea, que se definiu como de consumo (ou de hiperconsumo, no entendimento de Lipovetski).

Esta sociedade é resultado também do avanço tecnológico, da produção e da alienação massificada. Dentre os efeitos causados por este sistema capitalista, abordou-se o consumismo, síndrome associada ao consumo desordenado e impensado por parte dos cidadãos, portanto, desvirtua-se a ideia de consumo que se volta ao atendimento exclusivo das necessidades básicas.

Como decorrência dessa produção estandardizada e do consumismo, avaliaram-se os diversos efeitos nocivos que a biodiversidade tem enfrentado, bem como os seus problemas sociais decorrentes. Chega-se à conclusão parcial de que a forma de consumo é insustentável e que é de fato necessário se repensar as formas de produção e de consumo.

<sup>11</sup> A frase original é “Proletários de todos os países, uni-vos” (MARX, ENGELS, 1998, p. 65), este estudo procurou fazer tal associação devido à utilização do método de Marx, reconhecendo que a Encíclica também assume uma conotação de verdadeiro manifesto do Vaticano quanto à situação socioambiental.

<sup>12</sup> Evidencia-se que há diferença entre a concepção de Marx, quando restringe sua análise aos proletariados, o que demonstra uma visão antropocentrista e a visão do Papa que retira o homem do centro e se volta à importância do meio ambiente (ecocentrismo).



Analisa-se a Encíclica *Laudato Si*, observando-se os pontos comuns entre a obra da Igreja Católica e as obras de Karl Marx, demonstrando que tanto o método marxista pode ser aplicado ao documento Papal, quanto as principais ideias críticas de Marx ao modelo capitalista.

Dentre os principais pontos, relaciona-se a questão da propriedade privada e sua relação com a degradação ambiental; a importância do trabalho para a dignificação do homem; a luta de classes (ricos e pobres) e o acesso aos bens de consumo; a responsabilidade social; a hegemonia imposta pelo Capital, entre outros pontos.

Portanto, acredita-se que a Encíclica ao trazer a problemática socioambiental, por uma conotação ética e moral é um verdadeiro manifesto, voltando-se a uma análise ecocêntrica, colocando o ser humano como um elemento dentro da análise do meio ambiente e não como o elemento.

## THE SOCIAL ENVIRONMENTAL MANIFESTO: ANALYSIS OF ENCYCLICAL LAUDATO SI BY THE MARX METHOD

### Abstract

This study analyzes the Encyclical *Laudato Si*, which deals about socioenvironmental issues. The Pope disapprove the practice of consumerism, making a clear call for a change in consumption and guide global action to combat environmental degradation. Using the dialectical method, based on historical materialism, the paper provides an analysis of the evolution of the consumer society and its effects, approaching the Encyclical and relating it to the Marxist ideas of land ownership as private and originated from the means of exploitation. It concludes that the consecrated individualism in private ownership combined with unsustainable consumption are the main responsible for the environmental damage, which requires global action not only in relation to the way we consume, but to rescue collective values such as solidarity.

**Keywords:** Encyclical *Laudato Si*; Dialectical method of Marx; Society consumption; Consumerism; Social and environmental values.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Ferreira de. **Os direitos dos consumidores**. Coimbra, 1982.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A atualidade de Marx para o debate ambiental**. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio\\_Andrioli.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt2/sessao3/Antonio_Andrioli.pdf)>, acesso 07 maio 2016.

ASCENSÃO, José de. **O direito: introdução e teoria geral – uma perspectiva luso-brasileira**. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. 2 eds. trad. MEDEIROS, Carlos Alberto. 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **La Sociedad Del Riesgo global**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

BOFF, Leonardo. Os limites do capital são limites da terra. **Agência Carta Maior** – Economia. São Paulo, p. 01. 15 de jan. 2009.

BORGES, Clóvis. Desenvolvimento sustentável. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA), 2007.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**: ciência para uma vida sustentável. (Trad. CIPOLLA, Marcelo Brandão). São Paulo: Cultrix, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sabedoria Incomum. Conversas com pessoas notáveis**. Trad. Carlos Afonso Maferrari. São Paulo: Cultrix, 1988.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 7. ed. totalmente rev. e ampl. Tradução de Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2003, Vol. I.

CASTRO, José Fernando de. **A origem do direito de solidariedade**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

CASTRO, Renato. **A humanidade**: conflito e as suas causas. Brasília: Thesaurus, 2001.

CAVEDON, R.; FERREIRA, H. S.; FREITAS, C. O. A. O Meio Ambiente Digital sob a Ótica da Teoria da Sociedade de Risco: Os avanços da informática em debate. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 5, p. 194-223, 2015.

DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. 2 ed. São Paulo: Editora Max Limonad, 2001.

EFING, Antônio Carlos; GIBRAN, Fernanda Mara. O direito à informação para o pós-consumo: análise por meio da lei que institui a política nacional de resíduos sólidos visando ao desenvolvimento socioambiental. In: GAIO, Alexandre; ALTHAUS, Ingrid Giachini; BERNARDO, Leandro Ferreira (org.) **Direito Ambiental em Discussão**. São Paulo: Iglu, 2011.

EFING, Antônio Carlos; GIBRAN, Fernanda Mara; BLAUTH, Flávia Noemberg Lazzari. Função Socioambiental dos Direitos Autorais na Sociedade da Informação. In: CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO. 4. 2011, Florianópolis **Anais do IV Congresso de direito de autor e interesse público**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011.

EFING, Antônio Carlos; SERRAGLIO, Diogo Andreola. O direito do consumo voltado à sustentabilidade: uma análise a partir da carta encíclica Laudato Si' sobre o cuidado da casa comum. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 220-249, jan./jun. 2016. doi: <http://dx.doi.org/10.7213/rev.dir.econ.socioambienta.07.001.AO08>.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_**A** **questão ambiental em Marx** Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo29Artigo8.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo29Artigo8.pdf). Acesso em: 07 maio 2016.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 6ªed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2015-: Francisco). **Carta Encíclica Laudato Si**. Disponível em: <[http://www.connect4climate.org/images/uploads/papa-francesco\\_20150524\\_enciclica-laudato-Portugues.pdf](http://www.connect4climate.org/images/uploads/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-Portugues.pdf)>, acesso em 07 maio 2016.

JACOBI, Pedro Robert. O socioambientalismo. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. São Paulo: ISA, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOWI, Michael. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOVANELI JUNIOR, Oklinger. **Políticas Públicas no século XXI**: a perspectiva da gestão multicêntrica à luz da experiência de Porto Alegre. Blumenau: Edifurb, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. Coimbra: Centelha, 1867. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap07.htm>>, acesso em 07 maio 2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_**A ideologia alemã**. Primeiro capítulo. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>>, acesso em: 07 maio 2016.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 6. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

MOTTA, Carlos Guilherme. **Revolução Francesa**. São Paulo: Atica, 2004.

NOVAES, Washington. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. São Paulo: ISA, 2007.

NUSDEO, Fábio. Desenvolvimento econômico: um retrospecto e algumas perspectivas. In: SALOMÃO FILHO, Calixto (Coord.) **Regulação e Desenvolvimento**. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2002.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>, acesso em: 07 maio 2016.

\_\_\_\_\_**Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMEIRO, Ademar. Economia Ecológica. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. São Paulo: ISA, 2007.

SANTILLI, Márcio. Mudança Climática Global. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. São Paulo: ISA, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade** (trad. Laura Teixeira Motta). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **A função social da terra**. Porto Alegre: Fabris, 2003.

\_\_\_\_\_. **Bens Culturais e sua proteção jurídica**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2006, p. 15.

ULLMANN, Reinhold; BOHEN, Aloysio. **O solidarismo**. São Leopoldo: Unisinos, 1993.

VEIGA, José Eli da. O crescimento econômico. In: **Almanaque Brasil Socioambiental**: uma nova perspectiva para entender a situação do Brasil e a nossa contribuição para a crise planetária. São Paulo: ISA, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Emergência Socioambiental**. São Paulo: SENAC, 2007.

*Trabalho enviado em 24 de fevereiro de 2016.*

*Aceito em 02 de junho de 2016.*